



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2025

Processo nº: 5784/2025

Modo de Disputa: ABERTO

Tipo de Julgamento: Menor preço por lote

Orçamento Sigiloso: NÃO

Data e Hora: 09/01/2026, às 9 horas

Site: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

Torna-se público que o Município de Rolante/RS, por meio das Seções de Compras, Licitações e Contratos, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. OBJETO DA LICITAÇÃO:

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **TRANSPORTE COLETIVO DE PACIENTES** para consultas, exames e procedimentos médicos em hospitais e clínicas de **PORTO ALEGRE, CANOAS e NOVO HAMBURGO**, com fornecimento de **VEÍCULOS** com capacidade de 32 e 20 lugares e **MOTORISTAS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas, no Termo de Referência, o qual consta em anexo do presente edital.

Roteiro A – Madrugada
ROTEIRO A - SAÍDA MADRUGADA Contratação de veículo (micro-ônibus) com motorista para realização de transporte de pacientes a Porto Alegre, veículo de no mínimo 32 lugares, com ar condicionado. ROTEIRO DE VIAGEM: Quilometragem Estimada média - 300Km por dia. Saída da prefeitura Municipal de Rolante às 03:20h, passando nos pontos de embarque de pacientes conforme roteiro do dia. Roteiro com local de embarque e destino dos pacientes será enviado com antecedência pela Secretaria Municipal de Saúde. A lista é gerada de um dia para o outro. PRINCIPAIS PONTOS DE EMBARQUE DOS PACIENTES: ALTO ROLANTE, ALTO ROLANTINHO, ROLANTINHO, BAIRRO GRASSMANN, CENTRO, BAIRRO RIO BRANCO, IMOCASA, LINHA REICHERT, LINHA PETRY, KM 17, MORRO DA FIGUEIRA, FAZENDA PASSOS, ENTRADA CANTO DOS CARDOSO. Podendo haver outros locais de embarque, de acordo com o roteiro de viagem do dia. Saída do Centro de Rolante, em frente ao Centro Municipal de Saúde Rudi Voltz às 04:25h. DESTINOS: Hospitais em Porto Alegre e clínicas conveniadas com a Secretaria Municipal de Saúde. Quando necessário levar pacientes a Novo Hamburgo e Canoas, constará no roteiro do dia da viagem os locais e horários de destinos. RETORNO: O Recolhimento dos pacientes acontece a partir das 13:00 horas conforme horário das consultas previstas no roteiro. O horário de retorno depende da última consulta programada, passando pelas localidades onde os passageiros embarcaram pela manhã, tendo como destino o local de origem. A empresa deverá estar registrada e possuir autorização do DAER para a realização de viagens e transporte intermunicipal de passageiros. Todos os custos referentes a licenças, autorizações e taxas serão de responsabilidade da contratada. O veículo deverá possuir ar condicionado em perfeito funcionamento. Será realizada vistoria no veículo pelo responsável do departamento de trânsito do município antes do início das atividades e periodicamente. LISTA DOS PRINCIPAIS HOSPITAIS E CLÍNICAS DE DESTINO: BANCO DE OLHOS, BENEFICÊNCIA PORTUGUESA, CLÍNICA SINOSCOM, CLÍNICA JJ, HOSPITAL DE CLÍNICAS, HOSPITAL CONCEIÇÃO, CRISTO REDENTOR, DIVINA PROVIDÊNCIA, ERNESTO DORNELES, FÊMINA, HEMOCENTRO, HOSPITAL DA VISÃO NOVO HAMBURGO, INSTITUTO DE CARDIOLOGIA, MÃE DE DEUS, MÃE DE DEUS CENTER, MOINHOS DE VENTO, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS CANOAS, PAM 03, PARQUE BELÉM, PETRÓPOLIS - PRESIDENTE VARGAS, PRONTO SOCORRO, PUCRS, SANATÓRIO PARTENON, SANTA CASA, SANTA MARTA, SANTA RITA, SÃO PEDRO, ULBRA - CANOAS, VILA DOS COMERCIÁRIOS e VILA NOVA, SANTA ANA, RESTINGA. Podendo haver outros destinos de acordo com o roteiro de viagem do dia, fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde.
Roteiro B Manhã
ROTEIRO B - SAÍDA MANHÃ Contratação de veículo (van) com motorista para realização de transporte de pacientes a Porto Alegre, veículo de no mínimo 20 lugares, com ar condicionado. ROTEIRO DE VIAGEM: Quilometragem Estimada média - 300Km por dia. Saída da prefeitura Municipal de Rolante às 08:30h, passando nos pontos de embarque de pacientes conforme roteiro do dia. Roteiro com local de embarque e destino dos pacientes será enviado com antecedência pela Secretaria Municipal de Saúde. A lista é



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLANTE
“Capital Nacional da Cuca”



gerada de um dia para o outro.

PRINCIPAIS PONTOS DE EMBARQUE DOS PACIENTES: ALTO ROLANTE, ALTO ROLANTINHO, ROLANTINHO, BAIRRO GRASSMANN, CENTRO, BAIRRO RIO BRANCO, IMOCASA, LINHA REICHERT, LINHA PETRY, KM 17, MORRO DA FIGUEIRA, FAZENDA PASSOS, ENTRADA CANTO DOS CARDOSO.

Podendo haver outros locais de embarque, de acordo com o roteiro de viagem do dia.

Embarque final após roteiro em frente ao Posto de Saúde do Centro, às 09:50h, com destino a Porto Alegre.

DESTINOS: Hospitais em Porto Alegre e clínicas conveniadas com a Secretaria Municipal de Saúde. Quando necessário levar pacientes a Novo Hamburgo e Canoas, constará no roteiro do dia da viagem os locais e horários de destinos.

RETORNO: O Recolhimento dos pacientes acontece a partir das 16:00 horas conforme horário das consultas previstas no roteiro. O horário de retorno depende da última consulta programada, passando pelas localidades onde os passageiros embarcaram pela manhã, tendo como destino o local de origem.

A empresa deverá estar registrada e possuir autorização do DAER para a realização de viagens e transporte intermunicipal de passageiros. Todos os custos referentes a licenças, autorizações e taxas serão de responsabilidade da contratada.

O veículo deverá possuir ar condicionado em perfeito funcionamento. Será realizada vistoria no veículo pelo responsável do departamento de trânsito do município antes do início das atividades e periodicamente.

LISTA DOS PRINCIPAIS HOSPITAIS E CLINICAS DE DESTINO:

BANCO DE OLHOS, BENEFICÊNCIA PORTUGUESA, CLINICA SINOSCOM, CLINICA JJ, HOSPITAL DE CLINICAS, HOSPITAL CONCEIÇÃO, CRISTO REDENTOR, DIVINA PROVIDÊNCIA, ERNESTO DORNELES, FÊMINA, HEMOCENTRO, HOSPITAL DA VISÃO NOVO HAMBURGO, INSTITUTO DE CARDIOLOGIA, MÃE DE DEUS, MÃE DE DEUS CENTER, MOINHOS DE VENTO, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS CANOAS, PAM 03, PARQUE BELÉM, PETRÓPOLIS - PRESIDENTE VARGAS, PRONTO SOCORRO, PUCRS, SANATÓRIO PARTENON, SANTA CASA, SANTA MARTA, SANTA RITA, SÃO PEDRO, ULBRA - CANOAS, VILA DOS COMERCIÁRIOS e VILA NOVA, SANTA ANA, RESTINGA.

Podendo haver outros destinos de acordo com o roteiro de viagem do dia, fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde.

1.2. O presente edital seguirá o rito procedimental comum, previsto no artigo 17 da lei 14.133/2021.

1.3. A licitação será realizada pelo menor preço.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1. Poderão participar desta licitação as empresas que atenderem as exigências do presente edital e estiverem devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.4. Não poderão participar da presente licitação:

2.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

2.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

2.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que



desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

2.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante.

2.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, estendendo-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.5. O impedimento de que trata o item 2.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.6. O autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.4.2 e 2.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.8. A vedação de que trata o item 2.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.1. A proposta deverá ser inserida no sistema até a data e o horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço.

3.2. O envio da proposta nos termos do disposto no **item 3.1** ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

3.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.4. O licitante deverá enviar sua proposta, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

I Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional, 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

I. Marca, modelo e fabricante de cada item ofertado (conforme o caso);

II. Descrição detalhada do objeto indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;



3.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

3.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

3.7. O prazo de validade da proposta é de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste Pregão Eletrônico, devendo ser declarado no sistema.

3.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.9. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **Declarações on-line**, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:

- I. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
 - II. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
 - III. Que sob pena de desclassificação, declara que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
 - IV. Que para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.
 - V. Que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.
 - VI. Que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
 - VII. Que sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
 - VIII. Que, sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.
- 3.10. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas neste Edital.
- 3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



4. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES:

4.1. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

4.2. É facultado ao pregoeiro analisar as propostas e desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com o estabelecido neste edital, devendo ser fundamentada esta decisão e registrada no sistema, sendo acompanhado em tempo real pelos participantes.

4.3. Quaisquer dúvidas concernentes à fase de lances deverão ser suscitadas exclusivamente pelo chat disponível pelo portal.

4.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, participando da etapa de lances apenas as que forem classificadas.

4.5. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.6. Os lances deverão ser sucessivos, podendo apenas oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

4.7. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

4.8. Caso seja utilizado o modo de disputa ABERTO/FECHADO, será definido o prazo de disputa de 15 (quinze) minutos por item, acrescidos de 10 (dez) minutos randômicos.

4.8.1. Transcorrido o prazo de 15 (quinze) minutos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

4.9. Encerrado o prazo de que trata o item 4.8.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

4.9.1. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 4.9, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

4.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa ABERTO, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

4.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

4.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

4.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

4.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

4.11. O sistema classificará as propostas mais vantajosas ao Município, em ordem crescente.

4.12. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.



4.13. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.14. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I. empresas estabelecidas no estado do Rio Grande do Sul;
- II. empresas brasileiras;
- III. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

4.15. As regras de desempate previstas não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

5. FASE DE JULGAMENTO:

5.1. Após a fase de negociação, **será concedido o prazo de 3 (três) horas ao licitante vencedor para o envio dos documentos de habilitação, junto da proposta readequada**, conforme dispõe o art. 63, inciso II, da Lei 14.133/2021, salvo pedido de prorrogação solicitado pela empresa solicitante e aceito pelo pregoeiro.

5.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, através do site <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

5.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.2.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

5.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 2.3 e 3.9, inciso VIII deste edital.

5.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor de referência para contratação neste Edital e em seus anexos.

5.6. Serão desclassificadas as propostas que:

- I. contiverem vícios insanáveis;
- II. não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- III. apresentarem preços inexequíveis;
- IV. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

5.7. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.



5.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do item 5.6.

5.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

5.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 5.9, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- I. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

5.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser solicitada a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

5.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

5.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

5.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

5.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6. HABILITAÇÃO:

6.1. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante a apresentação dos seguintes documentos:



6.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações, se houver devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão semelhante, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de empresas do MEI apresentar o CCMEI – Certificado de Microempreendedor Individual;
- b) Prova de Inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica).

6.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.1.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;
- b) Certidão Simplificada da Junta Comercial, expedida no ano corrente OU Declaração de Enquadramento como ME/EPP assinada pelo sócio e pelo representante legal da empresa, se for o caso.

6.1.4. Necessário acrescentar demais documentos caso o Termo de Referência exigir.

6.2. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em original ou por cópia, preferencialmente assinados de forma eletrônica, quando necessários.

6.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.6. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



6.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. A presente licitação onerará a dotação orçamentária da(s) Secretaria(s) requisitantes, constante no Termo de Referência, o qual faz parte integrante do presente Edital.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

8.1. As condições de pagamento constam no Termo de Referência e/ou na Minuta Contratual.

9. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, diretamente pelo site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

9.4.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10. RECURSOS:

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

10.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item 10.2, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.



10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra (quando exigida);
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

11.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

11.1.6. Fraudar a licitação.

11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

11.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar e;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, a qual poderá ser feita através de publicação na imprensa oficial, através de meios eletrônicos ou, em último caso, através de correspondência devidamente registrada.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, quando houver, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, o qual ficará responsável pela adjudicação e homologação do objeto do certame.

13. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

13.1. Caso a licitação ensejar a elaboração de contrato, o licitante vencedor terá o prazo de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis para a assinatura, sob pena de incorrer nas sanções previstas no item 11 do presente edital.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/> e no site oficial do município, <https://rolante.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes/>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- I. Anexo I – Termos de Referência;
- II. Anexo II – Minuta do Contrato.

Rolante, 08 de dezembro de 2025.

ALCEU TREVIZANI DA ROSA
Prefeito Municipal de Rolante

O presente Edital e seus anexos foram vistos e conferidos
pela Assessoria Jurídica do Município de Rolante/RS.



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

REQUISIÇÃO Nº 3822/2025

Município de Rolante

Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente

OBJETO

O presente Termo de Referência visa à abertura de licitação para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **transporte coletivo de pacientes** para consultas, exames e procedimentos médicos em hospitais e clínicas de **Porto Alegre, Canoas e Novo Hamburgo**, com fornecimento de **veículos e motoristas**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.

LOTE 1-TRANSPORTE DE PACIENTES EM ROTEIROS (A e B):

Roteiro A – Madrugada
ROTEIRO A - SAÍDA MADRUGADA Contratação de veículo (micro-ônibus) com motorista para realização de transporte de pacientes a Porto Alegre, veículo de no mínimo 32 lugares, com ar condicionado. ROTEIRO DE VIAGEM: Quilometragem Estimada média - 300Km por dia. Saída da prefeitura Municipal de Rolante às 03:20h, passando nos pontos de embarque de pacientes conforme roteiro do dia. Roteiro com local de embarque e destino dos pacientes será enviado com antecedência pela Secretaria Municipal de Saúde. A lista é gerada de um dia para o outro. PRINCIPAIS PONTOS DE EMBARQUE DOS PACIENTES: ALTO ROLANTE, ALTO ROLANTINHO, ROLANTINHO, BAIRRO GRASSMANN, CENTRO, BAIRRO RIO BRANCO, IMOCASA, LINHA REICHERT, LINHA PETRY, KM 17, MORRO DA FIGUEIRA, FAZENDA PASSOS, ENTRADA CANTO DOS CARDOSO. Podendo haver outros locais de embarque, de acordo com o roteiro de viagem do dia. Saída do Centro de Rolante, em frente ao Centro Municipal de Saúde Rudi Voltz às 04:25h. DESTINOS: Hospitais em Porto Alegre e clínicas conveniadas com a Secretaria Municipal de Saúde. Quando necessário levar pacientes a Novo Hamburgo e Canoas, constará no roteiro do dia da viagem os locais e horários de destinos. RETORNO: O Recolhimento dos pacientes acontece a partir das 13:00 horas conforme horário das consultas previstas no roteiro. O horário de retorno depende da última consulta programada, passando pelas localidades onde os passageiros embarcaram pela manhã, tendo como destino o local de origem. A empresa deverá estar registrada e possuir autorização do DAER para a realização de viagens e transporte intermunicipal de passageiros. Todos os custos referentes a licenças, autorizações e taxas serão de responsabilidade da contratada. O veículo deverá possuir ar condicionado em perfeito funcionamento. Será realizada vistoria no veículo pelo responsável do departamento de trânsito do município antes do início das atividades e periodicamente. LISTA DOS PRINCIPAIS HOSPITAIS E CLINICAS DE DESTINO: BANCO DE OLHOS, BENEFICÊNCIA PORTUGUESA, CLINICA SINOSCOM, CLINICA JJ, HOSPITAL DE CLINICAS, HOSPITAL CONCEIÇÃO, CRISTO REDENTOR, DIVINA PROVIDÊNCIA, ERNESTO DORNELES, FÊMINA, HEMOCENTRO, HOSPITAL DA VISÃO NOVO HAMBURGO, INSTITUTO DE CARDIOLOGIA, MÃE DE DEUS, MÃE DE DEUS CENTER, MOINHOS DE VENTO, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS CANOAS, PAM 03, PARQUE BELÉM, PETRÓPOLIS - PRESIDENTE VARGAS, PRONTO SOCORRO, PUCRS, SANATÓRIO PARTENON, SANTA CASA, SANTA MARTA, SANTA RITA, SÃO PEDRO, ULBRA - CANOAS, VILA DOS COMERCIÁRIOS e VILA NOVA, SANTA ANA, RESTINGA. Podendo haver outros destinos de acordo com o roteiro de viagem do dia, fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde.
Roteiro B Manhã
ROTEIRO B - SAÍDA MANHÃ Contratação de veículo (van) com motorista para realização de transporte de pacientes a Porto Alegre, veículo de no mínimo 20 lugares, com ar condicionado. ROTEIRO DE VIAGEM: Quilometragem Estimada média - 300Km por dia. Saída da prefeitura Municipal de Rolante às 08:30h, passando nos pontos de embarque de pacientes conforme roteiro do dia. Roteiro com local de embarque e destino dos pacientes será enviado com antecedência pela Secretaria Municipal de Saúde. A lista é gerada de um dia para o outro. PRINCIPAIS PONTOS DE EMBARQUE DOS PACIENTES: ALTO ROLANTE, ALTO ROLANTINHO, ROLANTINHO, BAIRRO GRASSMANN, CENTRO, BAIRRO RIO BRANCO, IMOCASA, LINHA REICHERT, LINHA PETRY, KM 17, MORRO DA FIGUEIRA, FAZENDA PASSOS, ENTRADA CANTO DOS CARDOSO. Podendo haver outros locais de embarque, de acordo com o roteiro de viagem do dia. Embarque final após roteiro em frente ao Posto de Saúde do Centro, às 09:50h, com destino a Porto Alegre. DESTINOS: Hospitais em Porto Alegre e clínicas conveniadas com a Secretaria Municipal de Saúde. Quando necessário levar pacientes a Novo Hamburgo e Canoas, constará no roteiro do dia da viagem os locais e horários de destinos. RETORNO: O Recolhimento dos pacientes acontece a partir das 16:00 horas conforme horário das consultas previstas no roteiro. O horário de retorno depende da última consulta programada, passando pelas localidades onde os passageiros embarcaram pela manhã, tendo como destino o local de origem. A empresa deverá estar registrada e possuir autorização do DAER para a realização de viagens e transporte intermunicipal de passageiros. Todos os custos referentes a licenças, autorizações e taxas serão de responsabilidade da contratada. O veículo deverá possuir ar condicionado em perfeito funcionamento. Será realizada vistoria no veículo pelo responsável do departamento de trânsito do município antes do início das atividades e periodicamente. LISTA DOS PRINCIPAIS HOSPITAIS E CLINICAS DE DESTINO:



BANCO DE OLHOS, BENEFICÊNCIA PORTUGUESA, CLINICA SINOSCOM, CLINICA JJ, HOSPITAL DE CLINICAS, HOSPITAL CONCEIÇÃO, CRISTO REDENTOR, DIVINA PROVIDÊNCIA, ERNESTO DORNELES, FÊMINA, HEMOCENTRO, HOSPITAL DA VISÃO NOVO HAMBURGO, INSTITUTO DE CARDIOLOGIA, MÃE DE DEUS, MÃE DE DEUS CENTER, MOINHOS DE VENTO, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS CANOAS, PAM 03, PARQUE BELÉM, PETRÓPOLIS - PRESIDENTE VARGAS, PRONTO SOCORRO, PUCRS, SANATÓRIO PARTENON, SANTA CASA, SANTA MARTA, SANTA RITA, SÃO PEDRO, ULBRA - CANOAS, VILA DOS COMERCIÁRIOS e VILA NOVA, SANTA ANA, RESTINGA.

Podendo haver outros destinos de acordo com o roteiro de viagem do dia, fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa contratada deverá executar os serviços de transporte coletivo de pacientes para consultas, exames e procedimentos médicos, conforme os roteiros definidos diariamente pela Secretaria Municipal de Saúde, atendendo aos seguintes requisitos gerais:

1. Disponibilização dos veículos

- Veículos do tipo **van, micro-ônibus ou ônibus**, conforme cada roteiro.
- Capacidade mínima conforme especificado em cada roteiro (20 e 32 lugares).
- Ar-condicionado em perfeito funcionamento
- Manutenção preventiva e corretiva regular.
- Limpeza interna e externa diária.
- Ano de fabricação máximo de **10 (dez) anos**.
- Seguro obrigatório e cumprimento das normativas de segurança.

2. Motoristas

- Profissionais devidamente habilitados (categoria exigida para o tipo de veículo).
- Treinados para atendimento humanizado e condução segura.
- Uniformizados e identificados.
- Deverão cumprir rigorosamente horários e rotas informados pela Secretaria Municipal de Saúde.

3. Execução dos Roteiros

- Os roteiros serão fornecidos diariamente pela Secretaria, contendo horários, destinos e pacientes.
- A empresa deve atender **todos os pontos de embarque**, inclusive locais adicionais quando informados no roteiro do dia.
- Os veículos devem aguardar consultas conforme necessário, respeitando a última consulta programada para o retorno.
- Ajustes de trajeto poderão ocorrer conforme necessidade operacional da Secretaria.
- Pacientes que estejam em atendimento hospitalar e recebam alta durante o dia poderão retornar ao município utilizando os roteiros disponíveis, ainda que não constem na lista inicial do dia, desde que a Secretaria Municipal de Saúde comunique a necessidade de retorno. Nesses casos, é responsabilidade da empresa contratada realizar o recolhimento e o transporte seguro do paciente, devendo ajustar o trajeto quando necessário e garantir o retorno ao município de Rolante.
- A Secretaria Municipal de Saúde poderá determinar, conforme necessidade operacional, a alternância dos veículos entre os Roteiros A e B, inclusive autorizando o uso do veículo de 20 lugares no horário da madrugada ou o de 32 lugares no horário da manhã, sempre que a demanda de passageiros justificar tal ajuste.
- A definição dos roteiros a serem executados será feita diariamente pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a necessidade de transporte do serviço, podendo haver dias com dois roteiros, apenas um ou nenhum.

4. Controle e Fiscalização

- Será realizada vistoria prévia e periódica pela equipe municipal.
- A empresa deverá manter à disposição, documentos do veículo e comprovantes de manutenção apresentando quando solicitado.
- Em caso de descumprimento de requisitos, poderão ser aplicadas penalidades previstas na legislação.



DOTAÇÃO

ORGÃO: 6 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE
UNIDADE: 2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2031 – TRANSLADO DE PACIENTES
DOTAÇÃO: 524/2025

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objetivo garantir o acesso dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do município de Rolante/RS aos serviços de saúde de média e alta complexidade não disponíveis integralmente na rede municipal. Para a realização de consultas, exames, procedimentos especializados e atendimentos regulados, os pacientes frequentemente precisam ser deslocados para hospitais e clínicas de referência localizadas nos municípios de Porto Alegre, Canoas e região em torno da grande Porto Alegre, conforme descritos nos roteiros apresentados acima.

Os agendamentos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Central de Regulação demandam transporte regular, seguro, contínuo e compatível com os horários estabelecidos pelas unidades prestadoras de serviço. Os veículos atualmente disponíveis no município são insuficientes para atender a demanda, especialmente nos horários de maior fluxo, contemplados nos Roteiros A (saída madrugada) e B (saída manhã), que concentram deslocamentos para diversas especialidades e procedimentos.

O transporte de usuários do SUS para fins de acesso a ações e serviços de saúde fora do domicílio é de responsabilidade do município, cabendo-lhe prover meios adequados, seguros e regulares para o deslocamento dos pacientes, garantindo a continuidade do cuidado, a equidade no acesso e a integralidade da atenção. A ausência desse serviço comprometeria o atendimento da população, podendo gerar interrupções de tratamentos, agravamento de quadros clínicos e, conseqüentemente, aumento da demanda por serviços de urgência e emergência.

Além disso, a adoção do transporte coletivo intermunicipal proporciona maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos, com redução de custos operacionais e otimização logística, promovendo eficiência no atendimento e melhor organização das rotas de deslocamento diário.

Diante disso, a contratação de transporte regular para os referidos roteiros é medida essencial para a efetivação das políticas públicas de saúde, assegurando o cumprimento dos princípios da universalidade, integralidade e continuidade do cuidado previstos no Sistema Único de Saúde.

JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO EM LOTE ÚNICO

A contratação dos serviços em **lote único**, contendo os Roteiros A (madrugada) e B (manhã), justifica-se pela necessidade de manter a continuidade e a integração operacional do transporte de pacientes. Frequentemente, pacientes encaminhados no Roteiro A possuem consultas, exames ou procedimentos cujo término ocorre somente no período da tarde, sendo necessário o retorno no mesmo dia pelo Roteiro B.

Dessa forma, a execução fragmentada por lotes separados poderia resultar em falhas de integração entre as rotas, dificuldades de coordenação logística, aumento de custos e risco de desassistência aos usuários, especialmente àqueles que necessitam de transporte de ida e retorno no mesmo dia.

O agrupamento em lote único assegura:

- **padronização da operação**, com a mesma empresa responsável pelos dois deslocamentos;
- **melhor gestão dos tempos de espera**, evitando que pacientes fiquem sem transporte de retorno;
- **redução de conflitos operacionais**, garantindo que a empresa contratada planeje as equipes, veículos e horários de forma integrada;
- **maior eficiência logística**, com otimização do uso dos veículos e adequação às demandas diárias da Secretaria de Saúde;
- **atendimento contínuo**, evitando descontinuidade entre o percurso de ida e o de retorno.

Assim, o lote único demonstra-se a forma mais vantajosa para a Administração Pública, atendendo aos princípios da **eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e seleção da proposta mais vantajosa**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.



OBSERVAÇÕES/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS EXIGIDAS:

A empresa contratada deverá cumprir integralmente as seguintes exigências:

- Disponibilizar veículos com capacidade mínima de **20 (vinte)** e **32 (trinta e dois)** lugares, conforme o roteiro diário definido pela Secretaria Municipal de Saúde, devidamente equipados com ar-condicionado e em perfeito estado de conservação, limpeza e funcionamento;
- Fornecer motorista com **Carteira Nacional de Habilitação compatível** com o tipo de veículo utilizado e devidamente regularizada, observadas todas as normas de segurança e legislação vigente;
- Manter toda a documentação dos veículos atualizada, incluindo licenciamento, seguro obrigatório, inspeções e demais exigências legais aplicáveis ao transporte intermunicipal de passageiros;
- Garantir a **substituição imediata** do veículo, no prazo máximo de **2 (duas) horas** após a comunicação formal da Secretaria Municipal de Saúde, em caso de falha mecânica, pane, acidente ou qualquer situação que inviabilize a continuidade do serviço;
- Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- A CONTRATADA é integralmente responsável por qualquer dano causado aos pacientes transportados, a terceiros ou a bens públicos, quando decorrentes de ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, motoristas, profissionais ou prepostos durante a execução dos serviços contratados.
- Cumprir rigorosamente os **horários, itinerários e pontos de embarque** definidos nos Roteiros A e B e informados pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como eventuais ajustes comunicados previamente;
- Garantir o **tratamento respeitoso, seguro e adequado** aos usuários, observando normas de ética, sigilo, privacidade e boas práticas no atendimento aos pacientes do SUS;
- Responsabilizar-se integralmente por todos os **encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, securitários e demais obrigações legais** decorrentes de seus profissionais e da operação dos serviços;
- Permitir que o serviço seja fiscalizado pela Secretaria, garantindo livre acesso às informações necessárias à verificação da correta execução contratual.

A Prefeitura Municipal de Rolante, por meio da Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente, compromete-se a:

- Fornecer à empresa contratada, com antecedência mínima razoável, a **lista de passageiros**, horários, endereços e destinos previstos para cada viagem;
- Informar previamente quaisquer alterações de itinerário, pontos de embarque ou horários decorrentes de ajustes operacionais da Central de Regulação ou da agenda de consulta ou setor de transporte;
- Realizar a **fiscalização técnica e administrativa** do contrato por meio de servidor designado, avaliando a regularidade e a qualidade dos serviços executados;
- Comunicar formalmente à contratada eventuais irregularidades, solicitando as devidas correções dentro dos prazos estabelecidos;
- Efetuar os pagamentos à contratada conforme condições pactuadas, desde que comprovada a execução do serviço e apresentada a documentação fiscal regular;
- Fornecer todas as informações, orientações e apoio administrativo necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado.

VALORES REFERÊNCIA

Para a composição do valor de referência deste procedimento licitatório, foi realizada pesquisa de preços junto ao mercado, contemplando ao menos três fornecedores distintos, além de consulta a portais de compras públicas, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Com base nos valores obtidos, apurou-se a **média de preços por viagem**, a qual se mostrou compatível com os valores praticados no mercado para serviços de transporte de pacientes,



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLANTE
“Capital Nacional da Cuca”



considerando o objeto licitado, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de qualidade exigidos.

A média encontrada foi adotada como valor de referência para o presente certame, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Capacidade Mínima	Valor Referência por Viagem (R\$)
Roteiro A	32 lugares	R\$ 1.293,53
Roteiro B	20 lugares	R\$ 1.095,16

FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

- O pagamento será realizado em até **10 (dez) dias** após a prestação dos serviços, contado do recebimento da nota fiscal devidamente conferida e liquidada pelo setor responsável.
- O CNPJ constante na nota fiscal deverá ser o mesmo apresentado na documentação do processo licitatório.
- Serão efetuadas as retenções tributárias e previdenciárias conforme legislação vigente.
- A nota fiscal deverá indicar, de forma visível, o número da ordem de compra, empenho ou contrato.
- Para pagamento via depósito bancário, a empresa deverá informar conta de sua titularidade.

DA VIGÊNCIA

- O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, até o limite legal estabelecido na Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração Municipal.

GESTOR/FISCAL DE CONTRATO

- O Gestor do contrato será o Secretário Municipal de Saúde e Meio Ambiente, Vanderlei Vili Petry.
- Para fins de acompanhamento e fiscalização do contrato, ficará responsável o servidor municipal, Diego Masera Valandro, matrícula nº.5156-7.

Rolante, 28 de novembro de 2025.

VANDERLEI VILI PETRY
Secretário Municipal de Saúde
Rolante/RS



CONTRATO Nº [Clique ou toque aqui para inserir o texto.](#)

Processo nº: 5784/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **TRANSPORTE COLETIVO DE PACIENTES** para consultas, exames e procedimentos médicos em hospitais e **clínicas de Porto Alegre, Canoas e Novo Hamburgo**, com fornecimento de **veículos e motoristas**.

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 054/2025

O **MUNICÍPIO DE ROLANTE/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF nº 90.936.956/0001-92, com sede na Av. Getúlio Vargas, 110, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. ALCEU TREVIZANI DA ROSA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa [Clique ou toque aqui para inserir o texto.](#), CNPJ/MF nº [Clique ou toque aqui para inserir o texto.](#), com sede na cidade de [Clique ou toque aqui para inserir o texto.](#), na Rua/Avenida [Clique ou toque aqui para inserir o texto.](#), nº [Clique ou toque aqui para inserir o texto.](#), bairro [Clique ou toque aqui para inserir o texto.](#), neste ato representada pelo [Clique ou toque aqui para inserir o texto.](#), **Sr(a). [Clique ou toque aqui para inserir o texto.](#)**, doravante denominado **CONTRATADA**, firmam o presente instrumento particular de Contrato, constante das seguintes cláusulas, nos termos e condições a seguir definidas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **TRANSPORTE COLETIVO DE PACIENTES** para consultas, exames e procedimentos médicos em hospitais e clínicas de **PORTO ALEGRE, CANOAS e NOVO HAMBURGO**, com fornecimento de **VEÍCULOS** com capacidade de 32 e 20 lugares e **MOTORISTAS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas, no Termo de Referência, o qual consta em anexo do presente edital.

1.2. Especificação detalhada do objeto:

DESCRIÇÃO	QTDE	UNIDADE

1.3. Vinculam esta aquisição, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência.
- 1.3.2. O Edital da Licitação.
- 1.3.3. A Proposta do contratado.
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

2.1. O prazo de vigência da contratação é de [Clique ou toque aqui para inserir o texto.](#) contados do(a) [Clique ou toque aqui para inserir o texto.](#), [Clique ou toque aqui para inserir o texto.](#), na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.



2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. A gestão do Contrato será realizada pelo Secretário Municipal de Saúde e Meio Ambiente Sr. Vanderlei Vili Petry.

3.3. Para fins de acompanhamento e fiscalização do contrato, ficará responsável o servidor Diego Masera Valandro, matrícula 5156-7.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO:

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO:

5.1. O valor TOTAL mensal da contratação é de R\$ **Clique ou toque aqui para inserir o texto.**, perfazendo o valor total de R\$ **Clique ou toque aqui para inserir o texto.**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5.4. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO:

6.1. O pagamento será realizado **mensalmente**, em até 10 (dez) dias após a prestação dos serviços, mediante crédito em conta corrente bancária, após o aceite e liquidação do documento fiscal correspondente à prestação do serviço, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como contribuições previdenciárias, IR, ISS e, se for o caso.

6.2. As Notas Fiscais/Faturas deverão vir atestadas pelos Fiscais do Contrato.

6.3. O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

6.4. Caso o serviço não seja prestado fielmente e/ou apresente alguma incorreção, será considerado como não aceite e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização.

6.5. O pagamento relativo ao período compreendido entre o início dos serviços até o final do primeiro mês será efetuado proporcionalmente ao número de dias contados da data inicial da prestação dos serviços em relação ao número de dias do mês, considerando-se o mês calendário.

6.6. A CONTRATADA deverá destacar em campo específico, na NOTA FISCAL, os valores referentes às retenções obrigatórias, em especial o Imposto de Renda, em cumprimento a Instrução Normativa da RFB nº 1234/2012.



7. CLÁUSULA SÉTIMA – REEQUILÍBRIO E REAJUSTE DOS PREÇOS CONTRATADOS:

7.1. O reequilíbrio econômico-financeiro somente poderá ser concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

7.2. Preço ajustado poderá ser reajustado após um ano de vigência, somente mediante requerimento do CONTRATADO, pelo índice acumulado da variação do IPCA (IBGE). Na hipótese de alteração da norma legal vigente, permitindo o reajuste dos contratos em períodos inferiores a 01 (um) ano, o reajuste incidirá com a periodicidade admitida.

7.3. Os valores poderão ser reajustados a contar da data-base vinculada à data do orçamento/proposta, e terá como base o índice IPCA, dependendo de requisição formal da CONTRATADA, observado o princípio da anualidade.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (se houver).

8.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior.



- 9.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 9.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.
- 9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência.
- 9.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
- 9.16.1. O contratante poderá solicitar que o contratado comprove que cumpre o exposto no inciso 9.17, a qualquer tempo.



9.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.5. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.6. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento do item 10.6, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.9.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.10. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.11. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.2.4. Multa:

- a) moratória de 0,5% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- b) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;



- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.



12.6. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

12.7. Quando da extinção, o fiscal ou o gestor deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

12.8. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

I. a garantia contratual (quando houver) prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

II. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

12.9. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

12.10. O contratante poderá ainda:

I. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

II. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

12.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES:

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação onerarão a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 6 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AÇÃO: 2031 – TRANSPLANTE DE PACIENTES

DOTAÇÃO: 524/2025



15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO:

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet e na sua imprensa oficial.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO:

17.1. As partes elegem como competente o Foro da Comarca de Taquara/RS, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E por estarem justos e acertados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para que produza os efeitos legais.